



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DOS EMPREENDIMENTOS
AUTOGESTIONÁRIOS: desafios, conflitos e reinvenção da esperança no espaço
da pesca artesanal**

Caroline Terra de Oliveira¹
Victor Hugo Guimarães Rodrigues²

RESUMO: Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Dentre as discussões realizadas nesta investigação, propomos debater neste artigo os conflitos vivenciados por pescadores artesanais que fundaram uma cooperativa, a Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel, localizada na cidade do Rio Grande. Como instrumental teórico, apresentamos, em especial, as contribuições de Paul Singer e Zygmunt Bauman. Afirmamos que estes trabalhadores, ao organizarem uma cooperativa, pretenderam fortalecer o sentimento de segurança, confiança e solidariedade através do resgate da idéia de comunidade. Entretanto, o trabalho cooperativo não exclui a existência de uma permanente tensão entre estes valores e os princípios ditados pela vida moderna, como a competitividade e a liberdade individual.

Palavras-chave: Economia solidária popular; pesca artesanal; conflitos.

ABSTRACT: This work was developed under the Master in Environmental Education of the Universidade Federal do Rio Grande. Among the discussions held on this research, we propose in this article discussing the conflicts experienced by fishermen

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande, Especialista em Sociedade, Política e Cultura do Rio Grande do Sul e Mestre em Educação Ambiental pela mesma instituição. Grupos de pesquisa: Educação Ambiental Não-Formal e Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Estética Onírica (NUPEEO). E-mail: carolineambiental@hotmail.com.

² Professor pesquisador do Instituto de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental e do Curso de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande. Coordenador do NUPEEO - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Estética Onírica e do NEL - Núcleo de Estudos do Lazer, da Universidade Federal do Rio Grande e pesquisador do GIPGAB - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Gaston Bachelard Ciência e Arte, da Universidade Federal da Bahia. E-mail: filosofoonirico@yahoo.com.br.

who founded a cooperative: the Association of Artisanal Fishermen's Village San Miguel, located in Rio Grande. As instrumental theory, put forward, in particular, the contributions of Paul Singer and Zygmunt Bauman. We affirm that these workers, to organize a cooperative, wanted to strengthen the sense of security, trust and solidarity through the redemption of the idea of community. However, the cooperative work does not exclude the existence of a permanent tension between these values and principles dictated by modern life, like as competitiveness and individual freedom.

Keywords: Popular economy solidary; artisanal fishery; conflicts.

Conceito de Economia Solidária Popular

A maneira como as atividades econômicas se organizam na sociedade é denominado modo de produção, e o capitalismo se constituindo como tal, produz uma crescente desigualdade, dividindo a sociedade em duas classes sociais, a classe proprietária do capital e a classe que vende a sua força de trabalho. Neste modo de organização da sociedade, os meios de produção e distribuição são apropriados de modo privado, tornando-se mercadorias e se concentrando nas mãos de uma minoria que detêm o capital.

Entretanto, dentro deste modo competitivo, desigual e concentrador de capital, tem-se desenvolvido iniciativas de geração de trabalho e renda alternativos ao capitalismo, que procuram a socialização dos meios de produção e distribuição. Dentro desta perspectiva, é relevante a conceituação formulada pelo economista Paul Singer (2002, p. 10):

“A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (...)”.

O cooperativismo fundamenta-se na economia solidária. Constitui uma forma de associação de pessoas que procuram, por meio da gestão democrática e participativa, atender às necessidades comuns de seus sócios através de uma atividade econômica. Desse modo, contrasta com os modelos autoritários e hierárquicos predominantes na empresa capitalista, na medida em que ocorre uma partilha equilibrada do resultado comum obtido.

Conflitos e possibilidades do trabalho cooperativo no espaço da pesca artesanal

A economia solidária engloba um conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, de luta dos trabalhadores contra o contexto de insegurança no capitalismo, com valores sociais de ajuda mútua, solidariedade, democracia e responsabilidade social. Na verdade, estes valores que fazem parte das instituições de iniciativa solidária, retomam os princípios presentes na cultura do movimento operário.

Entretanto, ao pretender fortalecer o sentimento de segurança, confiança e solidariedade através do resgate da idéia de comunidade, o trabalho cooperativo não exclui a existência de uma permanente tensão entre estes valores (do qual a própria sobrevivência do empreendimento é dependente) e os princípios ditados pela vida moderna, como a liberdade individual. Os pescadores artesanais da APESMI expressam este conflito como uma das problemáticas que a associação enfrenta permanentemente, ou seja, a existência da dificuldade em fortalecer a solidariedade dentro do grupo: *“Eu acho que falta um pouco de solidariedade, acho que se tu for solidário, estás ajudando a ti mesmo, não só o teu próximo, mas a ti mesmo, então, eu vejo da parte de alguns solidariedade até demais e, da parte de outros, pouca solidariedade”*. (trabalhadora da cooperativa).

O sucesso do trabalho autogestionário nas cooperativas implica na necessidade do cumprimento de deveres para com a coletividade, a assunção de um compromisso social, a obrigação com a disciplina. Este é um dos desafios dos pescadores cooperativados que enfrentam o problema com a falta de responsabilidade, de disciplina, por parte de alguns sócios: *“[existe o problema] da falta de responsabilidade, (...) eles [os pescadores] de fora acham que nós temos uma baita organização quando, na verdade, nós estamos tropeçando em algumas pedrinhas”* (pescador da cooperativa).

Portanto, questionamos a afirmação de Paul Singer destacada anteriormente, quando enfatiza que as cooperativas asseguram o direito à liberdade individual, não obstante, percebe-se que é este um dos princípios que pode restringir o seu progresso – o bem da coletividade deve estar acima dos interesses individuais. Por esse motivo, é tão difícil, ou quase impossível, eliminar o conflito entre os sonhos individuais e os sonhos coletivos.

A existência de conflitos entre os valores de ajuda mútua, interesse da coletividade e individualismo vai ao encontro da premissa de que as instituições de economia solidária condenam a lógica opressora da empresa capitalista: criticam a ditadura do capital na empresa e o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção. A crítica operária volta-se à empresa capitalista e aos efeitos que o modo de produção atual gera na sociedade, em que o resultado do trabalho coletivo é propriedade de um patrão. À classe dos trabalhadores, que vivencia o quadro atual de desemprego, insegurança e empobrecimento, resta o ganho suficiente para reproduzir sua força de trabalho no cotidiano.

A expansão, nos dias de hoje, de empreendimentos comunitários cooperativos se deve a esse contexto de insegurança e precarização das condições de trabalho que a classe trabalhadora vivencia atualmente:

Na realidade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado. Como resultado, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países. (Singer, 2002, p. 110).

A economia solidária frente a esta nova etapa do capitalismo, o qual é caracterizada pelo desemprego e precarização do trabalho, sob a hegemonia da globalização, evoca os valores que estão presentes na história do movimento operário, como a solidariedade, a democracia, a autonomia e a autogestão. Constitui-se, portanto, como uma prática social e política, caracterizada pela mobilização dos trabalhadores no processo de desenvolvimento de alternativas de organização do trabalho e da vida que negam a estrutura hierárquica e burocrática da empresa capitalista.

Nas instituições que praticam a economia solidária, ao contrário da empresa capitalista que é caracterizada pela heterogestão, a administração é baseada na *autogestão*, modelo em que as decisões e o controle da empresa são exercidos pelos próprios trabalhadores, sendo assim, ocorre a mobilização e a participação de todos os sócios nas diretrizes, decisões e resolução de cada problema. Na concepção autogestionária, os trabalhadores são tanto os proprietários quanto gestores dos estabelecimentos.

Entretanto, para que o desafio de pensar e agir coletivamente funcione, Marilena Nakano (2003, p. 65-80) coloca que se deve ter transparência e democratização das informações, incentivo e contribuição dos trabalhadores na gestão do projeto, realizado através de uma permanente ação e reflexão sobre a estrutura organizacional, motivando o diálogo e a participação de todos os membros no processo produtivo. Esta questão é permanentemente salientada pelos membros da APESMI, a questão da necessidade do diálogo e da transparência para a superação dos problemas, fatores fundamentais ao sucesso do empreendimento como coloca um dos pescadores: *“[os problemas] tu consegue superar no momento do trabalho, conversando, mostrando transparência, que eu acho que o fundamental de tudo é a transparência com os teus companheiros, com os sócios, com as pessoas que estão te rodeando, porque em toda caminhada da associação, tu conseguindo mostrar isso, com certeza a tranqüilidade sobre a confiança vai acontecendo (...), o pessoal vai começando a acreditar mais no trabalho, que é possível, e se tu não tiver transparência é muito difícil, aí a coisa se torna muito difícil”*.

Além disso, de acordo com Marilena Nakano, a motivação autogestionária constitui a base para a estruturação do projeto de educação da entidade, elemento fundamental para que os trabalhadores possam gerir o empreendimento segundo novos valores e padrões. O projeto educativo da autogestão tem como intenção potencializar práticas centradas na ética, nas relações de solidariedade e cooperação mútua.

Portanto, o movimento de economia solidária autogestionária que incentiva a democracia, a participação dos cidadãos e a solidariedade, como movimento de estratégia política, deve-se articular com as experiências concretas de vida dos trabalhadores no sentido da mudança nas formas de vida e de trabalho. A experimentação coletiva implica na tomada de consciência, provoca um repensar a organização do trabalho, as relações humanas e a convivência social: *“Eu aprendi muito trabalhando na cooperativa, eu gosto do que faço aqui, eu gosto de trabalhar assim, a gente tem erros, a gente corre em busca dos acertos, a gente vai errando, vai aprendendo, mas o fundamental é que nós estamos conseguindo é dar uma visão diferente e mostrar a realidade [de exploração para o pescador] e, realmente, fazer por onde acontecer, porque não adianta só dizer que tem que tirar o atravessador, que tem que pagar melhor, a gente paga melhor, a gente mostra uma realidade para eles [para os pescadores] que compensa e é isso, é uma família, é bom, cria um laço de amizade, um vínculo, não com todos, tem outros que não vêem dessa forma”* (trabalhadora da

cooperativa). Sendo assim, o trabalho cooperativo no contexto da pesca artesanal pode ser compreendido enquanto espaço de possibilidades em Educação Ambiental, uma vez que constitui uma forma de organização voltada para a construção da esperança, concretização dos sonhos, interesses e satisfação das necessidades da comunidade local em que está vinculada.

Concebendo o cooperativismo como uma das experiências em economia popular, é imperativo salientar que as ações realizadas neste âmbito fundamentam-se em valores e práticas compatíveis com a perspectiva da Educação Ambiental, uma vez que estimulam a mobilização popular, a prática da solidariedade e a cooperação no trabalho. O enfoque educativo da organização cooperativa incentiva à formação de sujeitos participativos, voltados para a construção da esperança, que lutam não apenas pela melhoria da qualidade de vida e valorização do seu trabalho, mas pela reconstrução das relações humanas na esfera da comunidade.

Segundo Paul Singer (apud Veras Neto, 2002, p. 142), o cooperativismo desenvolvido no campo da economia solidária, criado como alternativa ao neoliberalismo, é entendido, atualmente, como um espaço de lutas sociais, como organização socioeconômica regida por princípios que diferem daqueles predominantes nas empresas capitalistas, as quais são centradas na exploração do empregado em detrimento do enriquecimento do patrão: “O novo cooperativismo constitui a reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e exclusão social”. Assim, este autor salienta que o cooperativismo da atualidade surge como oposição à globalização, em especial à sua versão neoliberal, visto como sistema concentrador de riqueza e explorador da classe trabalhadora. Nesse sentido, vai ao encontro da crítica ecológica: “O mundo contra o qual a crítica ecológica se levanta é aquele organizado sobre a acumulação de bens materiais, no qual vale mais ter do que ser, no qual a crença na aceleração, na velocidade e na competitividade sem limites tem sido o preço da infelicidade humana (...)” (Carvalho, 2004, p. 68).

A Educação Ambiental, nesta perspectiva apresentada por Isabel Carvalho, está enfocada em uma postura ética de crítica à ordem social vigente, a qual se baseia na exploração dos bens ambientais, na manutenção da desigualdade e exclusão social e ambiental. As possibilidades de mudanças através de um ambiente de aprendizagem social e individual, que gera processos de formação do ser humano, construindo-se

novas práticas, novos modos de pensar o mundo e as relações estabelecidas nele, são processos percebidos no âmbito da economia solidária.

Percebemos que o discurso do *novo* está muito presente em pesquisas científicas e projetos de Educação Ambiental. Entretanto, os conceitos devem ter seu significado esclarecido, pois podemos reduzir nossas falas em discursos vazios e sem sentido. Portanto, entendemos o *novo* como algo importante que permanece no tempo, diferente daquilo que é *novidade*, *urgência*. E a esperança deve ser percebida como a possibilidade de ser construído algo que é novo e se mostra como essencial ao ser humano. Cortella (In: Betto e Cortella, 2007, p. 30-1) faz uma importante colocação a esse respeito quando fala do novo como possibilidade da esperança, como movimento de valorização daquilo que é essencial nas relações humanas e ultrapassa os modismos e impulsos materialistas da sociedade moderna. Citamos como exemplo, além da solidariedade, da religiosidade e da amorosidade, as manifestações da arte, poesia, música e literatura que permanecem no tempo. Assim, utilizo as palavras de Cortella para distinguir o novo daquilo que é novidade:

(...) à distinção entre novo e novidade, gostaria de ressaltar ainda que, além da imensa profusão de novidades, hoje, no nosso cotidiano, elas têm em comum o fato de serem modismos; elas passam, a precariedade é sua principal característica. Já o novo é algo que se implanta, que revoluciona e permanece no tempo. Por exemplo, a mensagem de Sócrates por meio de Platão é nova, revolucionária. O novo é aquilo que mantém a vitalidade, que é viçoso. Outros exemplos que eu poderia citar são a música de Mozart e de Catulo da Paixão Cearense, assim como a obra de Mestre Ataíde ou de Aleijadinho. Todas essas manifestações são novas, não são meras novidades.

No mundo de hoje, creio que parte dos jovens perde o foco da possibilidade de esperança porque persegue o urgente e a novidade, deixando o que é importante e também aquilo que é novo de lado.

(Cortella, In: Betto e Cortella, 2007, p. 301).

Assim, quando afirmamos que o cooperativismo permitiu o estabelecimento de novas relações de trabalho no contexto da pesca artesanal, afirmamos que ele construiu e fortaleceu a possibilidade da esperança neste espaço, implantou algo que se mostra essencial à construção de uma vida melhor para estas famílias: a busca pela materialização dos seus sonhos através da cooperação no trabalho. A esperança no espaço da pesca artesanal está relacionada ao sonho de serem construídas estas cooperativas de pescadores: *“eu espero que daqui há dez anos vai ter uma boa*

estrutura ali [na cooperativa], nós vamos expandir, essas coisas, futuramente, e nós vamos ter 200 famílias, 300, trabalhando ali, sendo sócio cooperativado, trabalhando em forma de cooperativa, eu acho que isso vai ser muito bom, vai dar o que pensar para os outros do porquê não construir se eles conseguiram, porque nós e outras comunidades não fazemos igual a eles, agora nós começamos a ser vitrine dos outros.” (pescador da cooperativa).

O movimento cooperativista reflete o desejo de busca por segurança através da organização coletiva do trabalho na comunidade. Esta procura é impulsionada pelo sonho com a mudança da situação de exploração e insegurança do trabalhador na atualidade, em especial, no espaço da pesca artesanal, o trabalho cooperativo atua neste sentido: “(..) o que fez com que eu me associasse também, foi que a gente saia fora do intermediário, que o intermediário nos explora muito na compra do peixe, então, nós como associados, com a associação, nós temos como trabalhar o nosso peixe (...), o nosso sonho é poder trabalhar o nosso peixe para que nós tenhamos ma renda melhor e poder oferecer um serviço para a minha família, para os meus netos, para as minhas enteadas, que todo mundo da família possa viver através da associação, que aí ela vai nos dar uma renda melhor” (pescador da cooperativa).

Moacir Gadotti salienta que o paradigma que orienta a educação comunitária é o da educação permanente. O processo educativo no espaço da economia popular visa à consolidação de princípios como a comunicação, a cooperação e contestação ao individualismo: “(..) a economia popular, como a entendemos, significa, sobretudo, uma opção, um modo de vida – que nada mais é do que um modo de produção -, o que implica um projeto de sociedade e novos valores” (Gadotti, 2001, p. 13-4). Inserida no contexto dos movimentos econômicos populares, a educação comunitária acredita no potencial de luta dos movimentos sociais, pensa a articulação das pessoas e como cada sujeito pode contribuir para o bem-estar da coletividade. Neste caso, expressa certos valores como a articulação, a parceria, a rede, a co-manutenção e a co-gestão.

Princípios e práticas como a posse coletiva dos meios de produção, gestão democrática do empreendimento, solidariedade e companheirismo caracterizam a organização coletiva dos empreendimentos solidários, constituindo um implante que procura contrariar a cultura individualista do atual sistema, apesar de se desenvolver a partir do modo de produção capitalista.

A vantagem oferecida pelas cooperativas, e que explica grande parte do seu êxito relativo, é que a forma cooperativa de organização, seja do consumo ou da prestação de serviços ou da produção para os mercados, permite e compele o diretamente interessado a participar nas discussões e negociações sobre questões de seu interesse. (Singer, 1998, p. 130).

Porém, a estes empreendimentos de natureza cooperativa, apesar de transmitirem a noção de segurança e proteção retomando a idéia de comunidade e pertencimento, evidencia-se a convivência conflituosa entre os valores necessários ao sucesso da organização, como a confiança e a solidariedade, e aqueles afirmados constantemente pela parafernália publicitária, pela educação bancária, quer sejam, o valor da liberdade, dos interesses e sonhos individuais. Conforme foi destacado anteriormente, Paul Singer afirma que este é um direito garantido pelas instituições cooperativas. Mas é justamente o conflito entre estes valores - segurança, solidariedade e liberdade individual – que explicam a tensão, os atritos existentes nas relações de trabalho estabelecidas nas cooperativas.

Zygmunt Bauman destaca que o sonho de “viver em comunidade”, o desejo de encontrar uma existência coletiva segura (na pesquisa em questão, retoma-se a idéia de comunidade através das relações cooperativas) está cada vez mais distante de ser concretizado, pois entra em conflito com a tão valorizada liberdade individual. A comunidade é sinônimo de segurança, proteção e conforto. Entretanto, este viver em comunidade possui o seu preço: a renúncia da possibilidade de fazermos escolhas individuais.

A segurança, como todos os aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca a cada indivíduo. A “defesa do lugar”, vista como condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão do bairro um “assunto comunitário”. Onde o Estado fracassou, poderá a comunidade – a comunidade local, uma comunidade corporificada num território habitado por seus membros e ninguém mais (ninguém que “não faça parte”) – fornecer aquele “estar seguro” que o mundo mais extenso claramente conspira para destruir?. (Bauman, 2003, p. 102).

Assim, quando os pescadores artesanais resolveram unir-se em torno de um mesmo sonho – o sonho coletivo de alcançar a segurança, a estabilidade financeira e o rompimento com as relações de exploração – decidiram empreender o desafio de organizar uma cooperativa, resgatando o sentido da idéia de comunidade. Ao fundarem este empreendimento, implementaram um projeto de Educação Ambiental no âmbito de

sua comunidade, gerando processos educativos voltados à autogestão e mobilização solidária, para uma intervenção e alteração destas relações de exploração e o estabelecimento de um possível diálogo com os interesses públicos e privados.

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CORTELLA, Mario Sergio. In: BETTO, Frei; CORTELLA, Mario Sergio. **Sobre a esperança: diálogo**. São Paulo: Papirus, 2007.

GADOTTI, Moacir. Educação comunitária e economia popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco (orgs.). **Educação Comunitária e Economia Popular**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 11-22.

LOUREIRO, Carlos F. **Trajatória e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

NAKANO, Marilena. Anteg: a autogestão com marca. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 65-80.

RAZETO, Luis. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco (orgs.). **Educação Comunitária e Economia Popular**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 34 – 58.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VERAS NETO. Francisco Quintanilha. **Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica**. Curitiba: Juruá, 2002.

Recebido em 29/04/2009
Aprovado em 29/05/2009